

Sumário

Introdução.....	1
Organização do trabalho.....	4
Pressupostos.....	5
A) Especulação financeira: o sucesso e a ruína nas duas faces da moeda chamada capitalismo	5
B) A circularidade das crises especulativas.....	6
C) Do Estado Liberal ao Estado Regulador	11
Parte A – O Pé Invisível da Especulação: o Antigo Consenso sobre a Matéria....	17
1. As interpretações dos institutos como retratos do seu tempo	17
2. Os efeitos da especulação durante o esboço de capitalismo romano	18
3. Os efeitos da especulação durante o período iluminista (século XVIII).....	20
a) Conclusão parcial	31
4. Os efeitos da especulação durante o século XIX	33
a) Os dois tipos de especulação.....	42
b) Os porquês da especulação	45
c) As consequências da especulação odiosa: transferência de riquezas e aumento das desigualdades.....	52
d) Conclusão parcial.....	56
5. Os efeitos da especulação durante a primeira metade do século XX	58
a) O que fazer para evitar a especulação (odiosa)	72
b) Conclusão parcial.....	76
6. Comparativo das conclusões do desenvolvimento histórico e teórico da Especulação Financeira no Império Romano, no Século XVIII, no Século XIX e na primeira metade do Século XX.....	77

Parte B – Dos Elementos Estruturais da Especulação Odiosa	89
1. O aumento do tamanho do Mercado e das possibilidades de investimentos em grande escala	90
a) A fase da rígida regulamentação do setor financeiro	90
b) O ressurgimento do Liberalismo Financeiro	95
c) Liberalismo Financeiro	102
d) (des)Regulamentação doméstica e movimento de capitais	109
2. Possíveis Consequências: Benefícios e Riscos	113
a) O aumento da incerteza	118
b) Capital Produtivo x Capital Financeiro	131
3. O combustível da Especulação: o êxito da alquimia	144
a) As agências de cotação de risco (agências de rating):	150
I. As agências de notação de riscos (agências de rating) e os problemas que giram em seu entorno	150
II. Contexto Atual	156
III. Indução do mercado pelas agências de rating. Modificação jurisprudencial do consagrado entendimento de que a atuação das agências seria “mera opinião”	163
4. Síntese dos elementos estruturais	171
Parte C – Dos Elementos Internos da Especulação Odiosa	175
1. Dos elementos relacionados ao indivíduo na especulação odiosa ou abusiva: da necessidade de Objetivação da conduta	175
2. Ataques especulativos	182
I. Ataques especulativos de 1ª geração	184
II. Ataques especulativos de 2ª geração	187
III. Ataques especulativos de 3ª geração e assimetria de informações.....	192
3. Condutas do Especulador e seus diferentes níveis de intensidade	204
4. Síntese dos elementos internos	210

Parte D – Da Necessidade da Utilização Princípio do Especulador-Pagador: Relação de Causalidade entre a Especulação Abusiva e as Desigualdades Sociais	215
1. Das Consequências danosas da Especulação Odiosa.....	215
a) Consequências-meio: Liberação excessiva de crédito; perda da confiança e restrição do acesso ao crédito.....	215
b) Consequências-explosivas: Crises.....	218
I. Aumento da taxa de desemprego.....	223
II. Baixa acentuada nos preços reais das ações.....	224
III. Baixa acentuada nos preços reais das habitações	226
IV. Redução do Produto Interno Bruto dos países atingidos	227
V. Forte déficit do saldo orçamental.....	227
VI. Forte aumento da dívida pública	228
c) Consequência-silenciosa: Aumento das desigualdades sociais.....	230
2. Do abuso ao direito de especular: Estaria tal direito garantido por uma proteção absoluta que impediria limitações?.....	244
a) Do fim do Direito subjetivo absoluto.....	245
b) Da função social da propriedade.....	247
c) Da mudança de concepção e do retorno da juridicidade das normas constitucionais.....	250
d) Do problema ainda existente: da falta de efetividade da função social da propriedade e da imposição da atuação estatal	257
e) Da invalidade das normas que não cumprem as finalidades constitucionais	261
3. Do princípio do Especulador-pagador	263
Parte E – Dos Limites e da Materialização do Princípio do Especulador-Pagador	273
1. Função Extrafiscal.....	274
A) Normas indutoras (ou dirigistas) de comportamento	282

2. Tentativas de concretizações do princípio do Especulador-pagador	286
A) Taxa Zero, <i>Bubble Act</i> e <i>Revenue Act</i> de 1914: Período anterior à crise de 1929	287
B) Taxa Keynes	292
C) Taxa Tobin	296
D) Crises atuais	299
E) As atuais movimentações políticas para a concretização do Princípio do Especulador-Pagador: ITF e FTT	303
F) A possível ineficácia das “Taxas Tobin” na eliminação da especulação odiosa.....	313
3. Limites jurídicos do Princípio do Especulador-Pagador	320
A) Consagração do Princípio da Capacidade Contributiva	323
B) Limites fiscais do Princípio da Capacidade Contributiva	326
C) Limites Extrafiscais do Princípio da Capacidade Contributiva e do Princípio da Igualdade Material.....	329
D) Aplicação dos limites extrafiscais e fiscais às normas concretizadoras do Princípio do Especulador-Pagador.....	341
4. Limites políticos do Princípio do Especulador-Pagador	343
5. Proposta de Concretização do Princípio do Especulador-Pagador	348
A) Uma progressividade diferente: função crescente ao nível de abusividade da conduta	351
Conclusão	355
Bibliografia	379
Anexo de imagens	415